

Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise

Youth, social movements and digital networks of protest in times of crisis

José Alberto Simões¹

Ricardo Campos²

Resumo Temos assistido, nos últimos anos, em diversos contextos, ao aparecimento de novas formas de contestação que envolvem a utilização de mídias digitais como recursos para a mobilização cívica. Partindo dos resultados de um projeto de pesquisa qualitativa sobre participação da juventude na esfera pública em Portugal, com especial ênfase na utilização de tecnologias e mídias digitais, o presente artigo pretende dar resposta a um conjunto de questões. Que papel têm os meios digitais nos repertórios de ação dos atores coletivos presentes no recente ciclo de protestos? Qual o papel das chamadas redes sociais e de outras ferramentas digitais nesses protestos? Como são utilizadas por determinados coletivos ativistas e que representações suscita o seu uso em diferentes circunstâncias do “trabalho ativista”?

Palavras-chave: Juventude; ativismo e movimentos sociais; internet e redes digitais.

Abstract We have been witnessing in recent years, in several contexts, the emergence of new forms of contestation involving the use of digital media as resources for civic mobilization. Based on the findings of a qualitative research project about youth participation in the public sphere in Portugal with a special focus on digital media and technologies, the present article intends to answer a set

¹ Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

Email: joseav.simoes@fesh.unl.pt

² Universidade Nova de Lisboa, Portugal.

E-mail: rmocampos@yahoo.com.br

of interrelated questions. What role digital media have on the repertoires of action of the collective actors present in the recent cycle of contention? What's the role of the so-called social networks and other digital platforms in these protests? How are they used by given collective actors and what representations are engendered as result of these uses in different circumstances of the "activist work"?

Keywords: *Youth; activism and social movements; Internet e digital networks*

1. Introdução: juventude, mídias digitais e novo ciclo de protesto

Nos últimos anos, em consequência da turbulência política e da crise financeira que afetou diversos países, assistimos a fortes ondas de mobilização coletiva que assumiram um carácter de certo modo inovador. Entre os aspectos a assinalar, encontra-se a utilização de mídias digitais como recursos para a mobilização e a participação cívica. Esses dispositivos têm-se revelado fundamentais para exprimir reivindicações e organizar o protesto, favorecendo o surgimento de modos informais de ação política e cívica. Essas são práticas nas quais os jovens, socializados numa era digital (BANAJI e BUCKINGHAM, 2013), têm tido um papel relevante, embora não exclusivo, enquanto face visível da insatisfação generalizada.

As causas para uma maior participação dos jovens são, porém, mais profundas. As políticas de austeridade em Portugal parecem ter afetado particularmente esse segmento, com uma diminuição dos apoios sociais do Estado e um aumento das situações de desemprego e precariedade laboral (CARMO *et al.*, 2014). Nesse âmbito, merece destaque a manifestação de 12 de março de 2011 da denominada “Geração à rasca”, que teve justamente os jovens como protagonistas e as reivindicações antiausteridade como causa principal. Essa manifestação pode ser localizada num ciclo de protesto mais vasto que se fortaleceu durante o ano de 2012 com o resgate financeiro que levou à intervenção conjunta do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Central Europeu (BCE) e da Comissão Europeia (EC) – vulgarmente conhecidos como “Troika” –, tendo culminado na primeira metade de 2013 para depois sofrer uma quebra progressiva que se acentuou durante 2014. Durante esse período, assistimos a diversas ações de protesto sob a reivindicação geral da “luta contra as medidas de austeridade”, dando origem a novos atores coletivos que poderemos enquadrar no âmbito dos “novíssimos movimentos sociais” (FEIXA *et al.*, 2009). Esse foi um ciclo caracterizado por grandes manifestações, marchas, assembleias, ocupação de espaços públicos, entre outras formas de ação.

Tendo em conta a fraca tradição de envolvimento político e participação cívica da população portuguesa (CABRAL, 2014), os anteriores protestos marcaram um momento de viragem do que tem sido referido como um “novo ciclo de protesto” (BAUMGARTEN, 2013; ACCORNERO e PINTO, 2014). Não podemos, contudo, descartar a relação próxima entre esses fenômenos e a onda de protestos que ocorreu internacionalmente, nomeadamente na Tunísia e no Egito, nos EUA (movimento Occupy) ou na Espanha (“Los Indignados”) em 2011 (DAHLGREN, 2013; FEIXA e NOFRE, 2013) ou ainda no Brasil (movimentos “passe livre” ou “anticopa”) em 2013 e 2014 (RECUERO *et al.*, 2015).

A presente análise baseia-se num projeto de investigação realizado entre 2014 e 2015 que procurou articular o uso das mídias digitais com as formas de ativismo e participação pública dos jovens em Portugal.³ Metodologicamente, adotou-se uma abordagem qualitativa, que articulou pesquisa *on-line* (análise de plataformas digitais) e *off-line* (entrevistas aprofundadas, observação de eventos e recolha documental). A base empírica para as reflexões que apresentamos foca-se na análise das entrevistas aprofundadas realizadas com ativistas com perfis distintos.⁴

Que atores emergem e se afirmam nos recentes protestos em Portugal? Que papel têm os meios digitais nos seus repertórios de ação? Para além dessa caracterização mais geral, pretendemos focar-nos igualmente no papel que determinadas plataformas desempenham no que podemos designar por “trabalho ativista”. Particularmente, qual o papel

³ “Activismo Juvenil em Rede: media digitais, movimentos sociais e cultura participativa entre jovens activistas” (EXPL/IVC-COM/2191/2013). Projeto financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e bolsa de pós-doutoramento (SFRH/BPD/99671/2014). Projeto desenvolvido no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais CICS. NOVA – FCSH/UNL, UID/SOC/04647/2013, com o apoio financeiro da FCT/MEC através de fundos nacionais.

⁴ Foram realizadas no total 36 entrevistas aprofundadas com ativistas de diferentes movimentos, grupos e coletivos, mobilizados em torno de distintas causas (políticas, sociais, ecológicas, LGBT etc. – cf. legenda Quadro 1) durante março e novembro de 2014. Para além do âmbito das causas, os critérios de seleção dos entrevistados incluíram a idade (entrevistou-se jovens e jovens adultos dos 20 aos 35 anos – com duas exceções na casa dos 40 anos, dado tratarem-se de dirigentes e ativistas com longa pertença aos coletivos em questão) e o tipo de envolvimento em práticas ativistas. Neste último caso, considerou-se tanto líderes de movimentos como ativistas “anônimos” ou em posições de menor relevo, porém com trajetórias significativas e diversificadas de implicação cívica.

das chamadas redes sociais (como o Facebook ou o Twitter) e de outras ferramentas digitais nos recentes protestos? Como são utilizadas no âmbito de determinados coletivos ativistas e que representações suscita o seu uso em diferentes circunstâncias do “trabalho ativista”?

2. Ativismo e movimentos sociais em Portugal: atores e tensões

O projeto desenvolvido procurou contribuir para a reavaliação da participação na esfera pública, olhando para formas não tradicionais de envolvimento político e cívico. Adotou-se, por isso, uma aceção ampla de ativismo, que inclui diferentes formas de participação na esfera pública motivadas tanto por causas estritamente políticas como por reivindicações que podemos situar num plano simbólico e cultural (DAHLGREN, 2009). A juventude contemporânea tem sido representada como politicamente pouco participativa. Essa situação está, de alguma forma, relacionada a uma aparente crise do sistema democrático, que conduziu a uma gradual descrença no sistema e nas suas instituições. No entanto, em oposição a essa visão algo pessimista, devemos ter em consideração modos de participação pública não convencionais através de canais não institucionais ou habitualmente não associados à atividade política tradicional (LOADER, 2007; OLSSON e DAHLGREN, 2010). Os meios digitais representam, nesse âmbito, uma ferramenta fundamental, fato que foi corroborado pelos nossos entrevistados.

Através da observação e dos relatos proporcionados pelas entrevistas realizadas, pudemos identificar seis tipos de atores coletivos envolvidos em práticas ativistas. Embora se possa afirmar que grande parte deles tem uma “existência pré-austeridade”, uma vez que defendem causas mais genéricas e transversais, todos estiveram ligados, de alguma forma, aos recentes protestos públicos que ocorreram na sociedade portuguesa. Por outro lado, ainda que esses atores coletivos não sejam nem exclusiva nem preponderantemente constituídos por jovens, a sua presença é muito relevante, fato reforçado pelo teor das reivindicações apresentadas.

O primeiro tipo pode ser designado como *novos movimentos sociais antiausteridade*, que resultam da crise econômica e financeira, tendo como principais reivindicações a luta contra as medidas de austeridade implementadas pelo governo. O caráter não hierárquico, orgânico, não institucional e, por isso mesmo, afastado daquilo que pode ser considerada a atividade política institucional constituem algumas das suas principais características. O movimento dos Indignados Lisboa ou o movimento Que se Lixe a Troika são dois bons exemplos desse tipo.

Uma segunda categoria diz respeito aos chamados *movimentos alterglobalização*, que podem ser considerados como uma espécie de “antecessores” dos novos movimentos sociais constituídos em torno das reivindicações antiausteridade. Existe uma afinidade evidente entre as reivindicações globais contra o que seriam as consequências socioeconômicas do capitalismo neoliberal e as causas que motivam os chamados movimentos antiausteridade. Para além da especificidade do contexto em que emergem e do alcance global das motivações, várias questões de fundo permanecem idênticas, mantendo a sua presença no novo ciclo de protesto nacional.

O terceiro tipo de atores coletivos considerado insere-se na categoria dos chamados *novos movimentos sociais “clássicos”*, associados a causas de caráter cultural e identitário. O impacto político desses movimentos depende, em grande medida, da forma como se define o que é “político”, sendo que, do ponto de vista das suas reivindicações, as motivações estritamente políticas encontram-se de certa forma ausentes. Incluímos nessa categoria associações e grupos ecologistas, de defesa de direitos dos animais, de luta contra a discriminação (étnica, sexual, de gênero etc.).

Um quarto conjunto corresponde aos chamados *movimentos “radicais”*. Incluem-se nessa categoria atores coletivos que se posicionam explicitamente “contra o sistema”, como grupos anarquistas e outros que se caracterizam por práticas alternativas, de resistência ou que se opõem aos valores da sociedade dominante. O melhor exemplo pode ser representado pelos Okupas ou *squatters* ligados à ocupação de espaços urbanos devolutos. No caso português, a importância desses grupos é

residual, existindo experiências recentes de ocupação de casas (BAUMGARTEN, 2013).

Um quinto tipo insere-se nos chamados *movimentos diretamente ligados ao ativismo digital*, isto é, movimentos, plataformas, grupos ou organizações que atuam primordialmente *on-line* ou que utilizam a internet e outras tecnologias como recurso principal ou causa (e.g. Anonymous, Movimento para o *software* livre, movimento para o Partido Pirata). Essa é uma categoria ampla e heterogênea, composta por coletivos distintos que têm em comum a particularidade de utilizarem a tecnologia digital de forma mais sofisticada e intensa do que outros grupos.

Finalmente, consideramos os *atores políticos tradicionais*, nomeadamente os partidos políticos e sindicatos. Esses mantêm uma relação de ambivalência e cumplicidade com alguns movimentos ativistas, desde logo porque vários dos membros de coletivos ativistas têm uma trajetória marcada pela ligação a algum partido político. O protagonismo dos sindicatos é igualmente evidente, principalmente o das principais centrais sindicais do país, Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) e União Geral dos Trabalhadores (UGT), que possuem uma forte capacidade de mobilização e intervenção.

Essa breve descrição dos principais atores coletivos envolvidos em práticas ativistas, sobretudo nos recentes protestos, revela-nos um campo heterogêneo marcado pela confluência de atores múltiplos numa arena pública variada. A Figura 1 procura representar esses diversos atores posicionando-os de forma relativa a partir de dois eixos principais, bem como de um terceiro, transversal aos anteriores. Por um lado, um eixo associado ao que seria a ligação a reivindicações em torno do *combate à austeridade*. Por outro lado, um eixo que opõe diferentes *graus de institucionalização* envolvidos nas formas de organização desses coletivos.

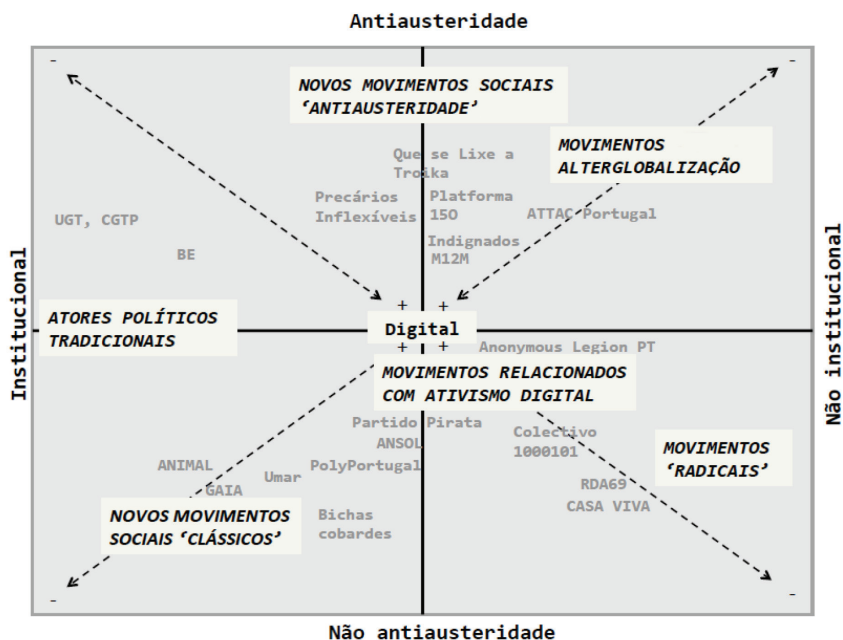


Figura 1 – Atores coletivos envolvidos no ativismo de acordo com dois eixos principais (‘não institucional’ vs. ‘institucional’; ‘reivindicações antiausteridade’ vs. ‘reivindicações não antiausteridade’) e um terceiro eixo transversal (‘digital’ vs. ‘não digital’).

Legenda: *Atores políticos tradicionais*: BE (Bloco de Esquerda, partido); CGTP (Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses, sindicato); UGT (União Geral de Trabalhadores, sindicato). *Novos movimentos sociais antiausteridade*: Indignados (movimento); M12M (Movimento 12 de Março); Que se Lixe a Troika (plataforma); Plataforma 150 (Plataforma 15 de Outubro); Precários inflexíveis (associação). *Movimentos relacionados com ativismo digital*: Anonymous Legion PT (Portugal); ANSOL (Associação Nacional para o Software Livre); Colectivo 1000101; Partido Pirata (movimento). *Movimentos alterglobalização*: ATTAC Portugal (Association pour la Taxation des Transactions pour l’Action Citoyenne/Associação pela Tributação das Transações Financeiras para ajuda aos Cidadãos). *Movimentos “radicais”*: Casa Viva (casa ocupada, Porto); RDA69 (Regueirão dos Anjos 69, Lisboa). *Novos movimentos sociais “clássicos”*: Animal (Associação Nortenha de Intervenção no Mundo Animal); Bichas Cobardes (associação); Gaia (Grupo de Ação e Intervenção Ambiental); PolyPortugal (Associação Poliamor); Umar (União de Mulheres Alternativa e Resposta).

Fonte: Projeto Ativismo juvenil em rede. Elaboração própria.

Podemos, por isso, interpretar os seis tipos de atores coletivos descritos de acordo com determinadas tensões.

A primeira dessas tensões diz respeito aos processos de *institucionalização*. Do lado da institucionalização teríamos os partidos políticos e os sindicatos, mas também, em outro nível, movimentos que se organizam como associações de caráter cultural ou identitário. Por oposição, teríamos coletivos não institucionais, alguns representando apenas redes em torno de interesses partilhados, outros apresentando-se contra qualquer forma de institucionalização, promovendo informalidade, horizontalidade e participação. Alguns dos atuais movimentos e plataformas não só foram criados para promover eventos específicos, de natureza efêmera (protesto, ocupação de espaço), mas também não tiveram oportunidade para se institucionalizar por não terem dado continuidade à sua atividade.

Uma segunda tensão diz respeito às *causas* subjacentes aos atores coletivos. Em alguns casos, as reivindicações antiausteridade são evidentes, constituindo o seu elemento identificador e agregador; noutros casos, essa preocupação está ausente ou encontra-se presente de forma difusa, associada a outras reivindicações específicas (por exemplo, novos movimentos sociais “clássicos”). Seja como for, mesmo no que se refere aos movimentos antiausteridade, as suas preocupações são por vezes mais amplas e diversificadas, indo do apelo a uma maior participação democrática e cívica a reivindicações de natureza cultural.

Uma terceira e última tensão permite-nos considerar a oposição entre o *digital* e o *não digital* na organização das práticas ativistas. Além da dinâmica das ruas, temos igualmente que destacar a forte mobilização através da internet e do uso de equipamentos digitais, que reflete uma tensão entre o *on-line* e o *off-line*. A internet não só se apresenta como um terreno complementar para trocar informação, comunicar, criar redes, mas também pode ser pensada como uma arena para a intervenção pública, constituindo um território de luta ativista, mas igualmente uma causa. Os chamados movimentos digitais refletem diretamente essa dinâmica, do mesmo modo que os restantes movimentos se relacionam

com o digital sobretudo *enquanto ferramenta* utilizada para diferentes fins e com graus variáveis de sofisticação.

3. Mídias digitais, protesto e ativismo: entre as ruas e a internet

A importância dos meios digitais na participação política e cívica tem-se acentuado nos últimos anos, particularmente à medida que a utilização da internet se torna móvel e ubíqua. Num certo sentido, o espaço de protesto contemporâneo dificilmente poderá deixar de ser pensado como um *espaço híbrido*, no qual a internet e as ruas se interligam de formas variadas (CASTELLS, 2012). Todavia, o papel das redes digitais enquanto instrumento de democratização e participação tem sido interpretado de forma variável (DAHLGREN, 2013). Uma perspectiva otimista tende a sublinhar o seu papel não só democratizador, mas também emancipador (CASTELLS, 2012). Uma perspectiva crítica coloca em causa a capacidade da internet e das tecnologias digitais de gerar mais participação (FUCHS, 2011). Essas posições polarizadas são particularmente evidentes a propósito das plataformas de redes sociais (como o Facebook ou o Twitter), que ora suscitam discursos apologéticos, sublinhando a sua importância na criação de canais alternativos de participação, ora suscitam discursos depreciativos, destacando o caráter temporário e inconsequente dessas redes, alertando igualmente para o risco do reforço do controle e da vigilância eletrônica por empresas e autoridades (LOVINK, 2011).

Para além da utilização generalizada de ferramentas tecnológicas digitais em atividades políticas, podemos considerar de forma mais complexa os usos para interesses e causas variadas (POSTILL, 2014). Essa questão leva-nos a uma distinção sobre diferentes formas de utilização do digital na participação política e no ativismo. Por um lado, as tecnologias digitais surgem como *ferramentas* a serviço dos movimentos sociais, permitindo a comunicação, divulgação de conteúdos e construção de alternativas com recurso à internet (ATTON, 2004). Por

outro lado, as próprias tecnologias digitais tornam-se *causa* de contestação (RAYMOND, 1999). Nesse sentido, tanto podemos estar perante movimentos para os quais a utilização de tais recursos tecnológicos é relativamente secundária, na medida em que desenvolvem a sua atividade principalmente *off-line*, como movimentos para os quais a utilização desses recursos desempenha uma função crucial, podendo o terreno “virtual” constituir um importante território de exercício do ativismo.

À semelhança do que é relatado noutros contextos recentes de mobilização e protesto (FERNANDEZ-PLANELLIS *et al.*, 2015; JURIS, 2012; POSTILL, 2014; RECUERO *et al.*, 2015), o uso da internet e de diferentes ferramentas digitais no trabalho ativista tem vindo a naturalizar-se entre os ativistas portugueses, traduzindo a sua progressiva integração no quotidiano (CAMPOS *et al.*, 2016). Apesar destes cumprirem diferentes funções, é a sua enorme capacidade comunicacional que sobressai nos diferentes usos que lhes são conferidos.

O modo como as ferramentas digitais (tecnologias, plataformas digitais e internet) são concebidas e aplicadas ao trabalho ativista encontra-se associado aos diferentes atributos dos recursos utilizados, mas também aos procedimentos do trabalho ativista. Dada a importância da identificação das práticas ativistas para uma correta avaliação do impacto do digital no ativismo, foi elaborada uma tipologia com objetivos essencialmente descritivos. Apesar dessas práticas serem anteriores ao advento dos meios digitais, podem ser igualmente pensadas e postas em prática através dessas ferramentas. Com base na análise efetuada, identificamos oito dimensões fundamentais (CAMPOS *et al.*, 2016):⁵

- a. “debate e reflexão” – atividades de natureza interna (destinadas aos ativistas pertencentes a determinado grupo) que procuram promover a partilha e a reflexão em torno das causas defendidas;
- b. “organização e logística” – trabalho de bastidores na organização de eventos ou no desenvolvimento de certas iniciativas;

⁵ Que estão obviamente interligadas e, em muitos casos, sobrepõem-se. Porém, do ponto de vista analítico, faz sentido destrinchá-las, permitindo aferir o papel de diferentes mídias digitais no ativismo.

- c. “mobilização” – ações que pretendem incentivar a participação e adesão à causa de determinado movimento/grupo, mobilizando não apenas os simpatizantes da mesma, mas um público mais alargado;
- d. “comunicação” – ações de comunicação e disseminação de um conjunto variado de mensagens destinadas a vários públicos, dos simpatizantes da causa a um público mais vasto e indefinido;
- e. “recrutamento” – ações que têm por objetivo angariar novas pessoas para a causa;
- f. “propaganda e representação pública do coletivo” – processos de comunicação de natureza ideológica e de criação de diferentes expressões da imagem pública do coletivo;
- g. “redes sociais” – processos de criação, preservação ou perpetuação de redes com atores (individuais e coletivos) nacionais ou internacionais;
- h. “eventos” (manifestações, encontros etc.) – iniciativas públicas organizadas pelo coletivo ou nas quais este se encontra representado, visando uma série de objetivos estratégicos do mesmo (protesto, divulgação da causa etc.).

A importância e centralidade dos dispositivos digitais varia em função das atividades desenvolvidas e dos modos de articulação entre processos *on-line* e *off-line*. Certas ferramentas digitais (por exemplo, *e-mail*) destinam-se preferencialmente à comunicação interna, outras (por exemplo, *blogs*, *sites*) propõem-se a concretizar sobretudo processos de alcance mais vasto e, finalmente, outras cumprem ambas as funções (por exemplo, Facebook). Há, por isso, práticas e situações do trabalho ativista em que é indispensável o uso de determinados dispositivos, dado que os mesmos simplificam os processos e asseguram maior eficácia. Podemos, então, afirmar que há uma avaliação pragmática e estratégica dos dispositivos, remetendo para os pontos fortes e fracos no que diz respeito à sua utilização, eficácia ou seu alcance. Na realidade, houve uma integração desses novos recursos àquilo que eram procedimentos e formas de

atuação estabelecidos, tendo em conta, principalmente, a capacidade de articulação entre o ativismo *fora* e *dentro* da internet.

4. Ativismo e redes digitais de protesto: usos e representações

Entre as ferramentas mais utilizadas nas práticas ativistas encontram-se plataformas associadas às chamadas redes sociais. Na maioria dos casos, as redes sociais apresentam-se como sinônimo de utilização da internet e dos equipamentos digitais em práticas ativistas. Dos protestos convocados por intermédio do Facebook aos relatos ao vivo de manifestações através do Twitter, vários são os exemplos que poderíamos aqui evocar.

Como se caracteriza o uso das redes sociais no contexto das práticas e dos discursos dos ativistas entrevistados? Para respondermos a essa questão, teremos de ter em conta não só as dimensões de usos que avançamos anteriormente, mas igualmente as variações individuais na utilização das mesmas. Essa questão remete-nos a uma distinção importante entre o que podemos considerar usos *individuais*, ligados a interesses pessoais e a redes de caráter privado, e o que seriam utilizações de caráter *institucional e público*, associadas diretamente aos coletivos. Essa fronteira nem sempre é clara nas práticas quotidianas dos ativistas, uma vez que seus interesses individuais misturam-se com a sua própria ligação a determinados coletivos e às suas causas. Os próprios atributos das redes sociais existentes contribuem para o esbatimento entre público e privado na medida em que os contextos das audiências em rede colapsam, combinando contatos de diferentes esferas sociais (MARWICK e BOYD, 2011).

O Facebook destaca-se como plataforma mais utilizada. Essa preponderância deve-se essencialmente a três razões: em primeiro lugar, à *disseminação* dessa plataforma em larga escala; em segundo lugar, à *facilidade* com que é utilizada e integrada num conjunto amplo de práticas quotidianas, incluindo usos privados; e finalmente, à sua *versatilidade* enquanto ferramenta com múltiplas valências que pode ser utilizada para diferentes propósitos e nas mais variadas circunstâncias.

Às anteriores razões podemos acrescentar a *eficácia* dessas ferramentas no desenvolvimento de atividades que anteriormente se desenrolavam sobretudo *off-line*, com maior investimento de recursos. Estamos, por isso, perante um paradigma de comunicação em que as atividades *on-line* parecem ganhar importância ante as atividades de rua, com as quais se conjugam, mas também das quais se parecem de certo modo autonomizar. As vantagens desse novo paradigma de comunicação na ação ativista e cívica são reconhecidas pelos diferentes indivíduos e atores coletivos emergentes, mas igualmente pelos atores tradicionais, que não as dispensam. Não obstante, esse é um terreno de comunicação informal que parece beneficiar sobretudo aqueles que atuam na esfera extrainstitucional, procurando canais em que podem exprimir “a sua voz”, contribuindo para o seu próprio “empoderamento”. Essa última função é particularmente relevante em relação a causas minoritárias, que se afirmam à margem do discurso dominante e que, por isso, dificilmente chegam aos meios de comunicação tradicionais.

ActiBistas e que é um coletivo pela visibilidade bissexual. [...] juntei-me a elas nessa altura e é um coletivo bastante informal, que funciona num grupo de Facebook com muitas coisas *on-line*, com intervenções pontuais (ativista, Actibistas, Polyportugal).

A hegemonia dessa plataforma só é posta em causa por indivíduos e coletivos ativistas que têm o digital como *causa* ou *terreno de intervenção* e que, por isso, se encontram mobilizados para criarem redes alternativas ao próprio Facebook, como acontece com defensores do *software* livre:

[...] a nível de Associação, em redes sociais que estejam implementadas com *software* livre. Claro que têm um pequeno problema, têm também muito menos gente, alcançam muito menos pessoas. [...] Como, por exemplo, a rede Status Net [...]. O grande cerne dessas redes sociais é serem distribuídas e federadas, não centralizadas num único *site*. Porque aconteceu, ainda há umas semanas ter vindo a público, por exemplo, o Facebook junto com o Departamento de Defesa Americano fez uma experiência massiva, sem conhecimento das pessoas de manipulação da *feed* de informação que as pessoas têm (ativista, ANSOL).

Fato surpreendente, comparativamente com o que aconteceu recentemente noutros contextos de protesto (Espanha, Brasil etc.), é a pouca importância conferida ao Twitter:

[...] o Twitter, apesar de ser uma rede social com potencialidades, o público que se atinge em Portugal é muito restrito. É diferente do que acontece em Espanha, é. Em Espanha o Twitter é massivamente utilizado, ou em Inglaterra, também é massivamente utilizado. Em Portugal não é, em Portugal é o Facebook que é massivamente utilizado e é onde está a maior parte das pessoas a discutir ou a mandar bitaites ou a anunciar coisas é no Facebook. [...] Só que quem participa mais no Twitter são jornalistas (ativista, Precários Inflexíveis, May Day).

Não podemos ignorar os *blogs*, que também foram recorrentemente referidos. Esses emergem nas entrevistas como uma espécie de antítese da participação digital contemporânea. A referência aos *blogs* surge basicamente porque marcaram um certo período histórico, tendo perdido importância em favor do Facebook. A dualidade Facebook/*blog* (ver Quadro 1) espelha-se num conjunto de tensões. Por um lado, os *blogs* estão associados a um “tempo longo”, ou seja, a uma concepção da atividade cívica e política que exige um exercício de reflexão mais aprofundado, informado e duradouro. Pelo contrário, o Facebook, para além de popularizado, está mais associado a um paradigma do “tempo curto”, à cultura do instantâneo e do efêmero, funcionando através de processos simplificados de comunicação que não estimulam a reflexão nem o debate sustentado. Como tal, promove o desenvolvimento de episódios “virais”, a mobilização rápida, a “indignação instantânea”.

O Facebook é uma coisa muito instantânea de resposta rápida, de divulgação de um texto de uma música, de um vídeo, no blogue preenche uma função que não dá no Facebook, que é ter um texto mais estruturado mais longo e que faz arquivo que é o que o Facebook não faz (ativista, dirigente de uma associação de estudantes).

	Facebook	Blogs	Twitter
Atributos e utilizações	Fortemente disseminado e utilizado	Menos utilizados	Pouco utilizado ou referido
	Forma facilitada de divulgação/ acesso a informação	Perda de importância em favor de outras ferramentas	Divulgação de informação rápida e imediata
	Criação/ reforço de redes e mobilização e criação de eventos	Boa fonte de informação	Uso individual e coletivo
	Uso individual e coletivo; “mistura” público e privado	Uso individual e coletivo de caráter público	
Representações	Paradigma do “tempo curto/rápido”	Paradigma do “tempo longo/lento”	Paradigma do “tempo curto/rápido”
	Informação fragmentada/superficial	Reflexão e debate aprofundados	Episódios “virais” e mobilização instantânea
	Respostas emotivas	Respostas racionais	
	Associado a episódios “virais” de “indignação instantânea”	Respostas ponderadas/menos imediatas	

Quadro 1 – Comparação de ferramentas específicas no “trabalho ativista”

Fonte: Projeto Activismo juvenil em rede. Elaboração própria.

Apesar das diferentes plataformas digitais cumprirem uma função participativa, emancipadora e democrática, os ativistas identificam um conjunto de aspectos negativos que colocam determinados desafios. As representações mencionadas no Quadro 1 exprimem alguns desses desafios, que podemos sistematizar em torno de três aspectos principais.

O primeiro desses desafios diz respeito à dificuldade em manter o equilíbrio entre novas formas de mobilização e ativismo digital e formas tradicionais de o fazer ligadas a práticas que decorrem *off-line*. A sobrevalorização das primeiras em detrimento das segundas é um risco dado o caráter inconsequente e pouco comprometido de várias práticas digitais, sobretudo se não acompanhadas por mobilização e participação *off-line*. Essas práticas menos comprometidas têm sido designadas de “ativismo de sofá” ou “*click activism*” em virtude do contexto em que decorrem, mas também com conotação de passividade. Nesse sentido, as ruas continuam a apresentar-se como espaço simbólico por excelência do combate ativista.

A conversa não é como é que nós conseguimos mobilizar pessoas fora da internet, porque depois é muito bom nós falarmos e fazermos os Facebooks e os eventos, mas é preciso nós estarmos na rua, em frente às organizações e em frente às pessoas e mostrar que somos um grupo grande e que não somos só 300 *likes* ou 3000 *likes* (risos) (ativista, Bichas Cobardes, No hate ninjas).

Outro dos principais desafios se refere à dificuldade em gerir e filtrar uma quantidade avultada de informação num ecossistema midiático cada vez mais complexo e diversificado. Essa questão encontra-se associada à proliferação de dispositivos e plataformas digitais, circunstância que produz, por um lado, “saturação ou excesso de *inputs*”, com consequente “fragmentação de informação”, e, por outro lado, dificuldade em avaliar a credibilidade da informação. Dessa forma, gera-se uma “cultura da transitoriedade” que não favorece uma apreciação mais aprofundada da informação:

[...] isso é outra desvantagem na internet, é volatilidade do que é que pode ser hegemónico e no momento seguinte já não é, o que é que é viral e

o que é que não. [...] E, por outro lado, a criação constante de... focos que, às tantas, torna as pessoas um bocado (...) impermeáveis ou deixam de reagir, tal é a velocidade com que se reproduz a informação (ativista, Precários Inflexíveis e Que se Lixe a Troika).

Finalmente, há a questão dos sistemas de controle e vigilância implementados pelos poderes públicos e as empresas, que podem condicionar as dinâmicas de organização dos movimentos e das suas ações. Esse fato liga-se à ambivalência contida nas ferramentas digitais e que é reconhecida: por um lado, apresentam um caráter emancipador, democrático e de aparente empoderamento; por outro lado, permitem a monitorização e a vigilância dos cidadãos. O recurso, por isso, a ferramentas específicas com o propósito de dificultar a monitorização parece ser uma preocupação de alguns ativistas.

[...] Há muita necessidade de... de reagir, digamos assim, à hegemonia do controlo de informação, que as corporações e os governos têm. E, portanto, a única forma é criar um, uma retaguarda, digamos assim de ativismo, de pessoas que dominam sistemas de informação e de comunicação e essas tecnologias sem serem vigiadas [...] (ativista, Que se Lixe a Troika).

Conclusão

Podemos afirmar sem hesitação que é impossível pensar as atuais formas de mobilização política e cívica sem considerar o recurso a ferramentas digitais. Com efeito, não só a internet se apresenta cada vez mais como um terreno complementar para trocar informação, comunicar, criar redes, mas também se tem afirmado como território próprio para a participação pública. Essa utilização tem sido notada particularmente a respeito dos jovens, enquanto utilizadores proficientes de toda uma panóplia de equipamentos e plataformas digitais, mas igualmente devido ao papel que estes desempenharam nos protestos que marcaram recentemente a Europa e várias partes do mundo.

No caso português, a recente vaga de protestos caracterizou-se pela emergência de novos atores coletivos e novas práticas. A esses novos

movimentos vêm juntar-se os atores coletivos tradicionais, reforçando a complexidade do atual espaço público de contestação. Nesse contexto, os meios digitais passaram a assumir um papel importante, como ficou demonstrado pelo projeto que desenvolvemos.

Pensar a utilização dos meios digitais em práticas ativistas depende, em grande medida, do modo como concebemos essa atividade. Se, por um lado, o digital parece integrar-se a práticas e modos de fazer ativismo pré-digitais, por outro lado, essa integração possui um caráter *transformador* na medida em que se geram novos repertórios de ação. Verificamos que são diversas as plataformas e os recursos usados, sendo que o seu emprego depende de diferentes fatores (características específicas dos recursos digitais, perícia tecnológica dos atores sociais, tipo de coletivo, natureza do trabalho ativista etc.). Há, ainda, que ter em consideração a forte conexão entre as práticas *on-line* e *off-line*, uma vez que a rua se apresenta como local primordial de participação política e cívica, sendo o terreno digital uma espécie de prolongamento do primeiro.

Apesar da diversidade de recursos digitais utilizados ser elevada, constatamos que as redes sociais, nomeadamente o Facebook, assumem algum protagonismo. Por essa razão, procuramos explorar quer os usos e funções que lhe são atribuídos, quer as representações que incidem sobre esta e outras plataformas que lhe são próximas (Twitter e *blogs*). Verificamos que as representações sobre o potencial dessas ferramentas difere. Assim, alguns desses dispositivos, pelas suas características, parecem estar intimamente ligados a ações de mobilização e protesto que se destacam pela natureza efêmera, informal e horizontal. Essas formas de mobilização dependem, em grande medida, da existência de redes digitais e de indivíduos constantemente conectados, podendo atuar de forma rápida sem que seja necessário existir uma estrutura ou logística complexa.

Todavia, a inclusão dessas tecnologias também gera algumas incertezas e dilemas. Com efeito, se, por um lado, tais ferramentas revelam potencialidades emancipadoras e participativas, permitindo concretizar o que seria a sua inclinação democrática, por outro lado,

suscitam apreensões ao distanciarem-se da realidade das ruas, quer porque parecem gerar uma espécie de “mundo à parte”, de participação aparentemente fácil e inconsequente, quer porque incitam a profusão de informação cuja pertinência se torna difícil discriminar. O que leva a avaliar de forma crítica a integração desses recursos no que são procedimentos e formas de atuação já estabelecidas, pesando vantagens e desvantagens.

Referências

- ACCORNERO, G.; PINTO, P. R. ‘Mild Mannered’? Protest and Mobilisation in Portugal in Times of Crisis, 2010-2013. *West European Politics*, 38(3), p. 491-515, 2015.
- ATTON, C. *An alternative Internet, Radical Media, Politics and Creativity*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2004.
- BANAJI, S.; BUCKINGHAM, D. *The Civic Web: Young People, the Internet, and Civic Participation*. Cambridge: MIT Press, 2013.
- BAUMGARTEN, B. Geração à Rasca and Beyond. Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, 61(4), p. 457-473, 2013.
- CABRAL, M. V. *Dimensões da Cidadania. A Mobilização Política em Portugal numa Perspectiva Comparada*. Porto: Edições Afrontamento, 2014.
- CASTELLS, M. *Networks of Outrage and Hope: Social Movements in the Internet Age*. Cambridge: Malden: Polity Press, 2012.
- CAMPOS, R.; PEREIRA, I.; SIMÕES, J. Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, p. 27-47, 2016.
- CARMO, R. M.; CANTANTE, F.; ALVES, N. A. Time projections: Youth and precarious employment. *Time & Society*, 23(3), p. 337-357, 2014.
- DAHLGREN, P. *Media and political engagement. Citizens, communication and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- _____. *The Political Web: Media, Participation and Alternative Democracy*. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.
- FEIXA, C.; NOFRE, J. (Orgs.). *#Generación Indignada: Topías y utopías del 15M*. Lleida: Editorial Milenio, 2013.
- FEIXA, C.; PEREIRA, I.; JURIS, J. S. Global citizenship and the ‘New, New’ social movements: Iberian connections. *Young*, 17(4), p. 421-442, 2009.
- FERNANDEZ-PLANELLAS, A.; FIGUERAS-MAZ, M.; FEIXA PÀMPOLS, C. Communication among young people in the #spanishrevolution: Uses of online-offline tools

to obtain information about the #acampadabcn. *New Media & Society*, 16(8), p. 1.287-1.308, 2014.

FUCHS, C. *Foundations of Critical Media and Information Studies*. Nova York: Routledge, 2011.

JURIS, J. Reflections on #Occupy Everywhere: Social media, public space, and emerging logics of aggregation. *American Ethnologist*, 39, p. 259-279, 2012.

LOADER, B. D. (Ed.). *Young Citizens in Digital Age: political engagement, young people and new media*. Londres: Nova York: Routledge, 2007.

LOVINK, G. *Networks Without a Cause: A Critique of Social Media*. Cambridge: Polity, 2011.

MARWICK, A. E.; boyd, d. I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. *New Media & Society*, 13(1), p. 114-133, 2011.

OLSSON, T.; DAHLGREN, P. Introduction. In: _____. (Orgs.). *Young people, ICTs and Democracy*. Gotemburgo: Nordicom, 2010. p. 9-15.

POSTILL, J. Freedom technologists and the new protest movements: a theory of protest formulas. *Convergence*, 20(3), p. 402-418, 2014.

RAYMOND, E. *The cathedral and the bazaar, musings on Linux and open source by an accidental revolutionary*. Sebastopol: O'Reilly Media, 1999.

RECUERO, R.; ZAGO, G.; BASTOS, M. T.; ARAÚJO, R. Hashtags Functions in the Protests Across Brazil. *Sage Open*, p. 1-14, abr.-jun. 2015. Disponível em: <http://sgo.sagepub.com/content/5/2/2158244015586000.full-text.pdf+html>. Acesso em: 8 dez. 2016.

Sobre os autores

José Alberto Simões – Professor auxiliar no departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Investigador integrado do CICS. NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da FCSH-UNL.

Ricardo Campos – Investigador integrado do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da FCSH-UNL – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas FCSH – Universidade Nova de Lisboa. Bolsista de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, FCT – Portugal.

Data de submissão: 10/03/2016

Data de aceite: 03/11/2016